

CATÓLICA LAW REVIEW

VOLUME III \ n.º 1 \ janeiro 2019

DOCTRINA

Filipe Venade de Sousa

Professor convidado na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e na Escola Superior de Educação de Coimbra

Flávio Martins

Pós-doutorando em Direito Público pela Universidade de Santiago de Compostela
Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Marta Coimbra

Doutoranda em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Neliana Rodean

Research Associate and Adjunct Professor of Constitutional Law, University of Verona

Tiago Macieirinha

Assistente da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Vildan Drpljanin

Legal advisor and project coordinator at the Helsinki Committee for Human Rights of the Republic of Macedonia

Zélia Luiza Pierdoná

Professora de Direito da Seguridade Social da Faculdade de Direito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

Marta Vicente

Assistente Convidada da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

RECENSÃO

Gonçalo de Almeida Ribeiro

Juiz do Tribunal Constitucional

Professor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Bruno Reynaud de Sousa

Guest Assistant Professor, FLUP-UP and ED-U, Minho

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Proprietário

Católica Research Centre for the Future of Law
Católica Law Review
VOLUME III \ n.º 1 \ janeiro 2019

Conselho de Direção

Sofia Pais
Elsa Vaz de Sequeira
Conceição Cunha
Valeria Falce
Joaquim Arruda Falcão

Redação e Administração

Católica Research Centre for the Future of Law
Faculdade de Direito
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 21 721 41 78 | Fax. (351) 21 721 41 77
catolicallawreview.fd@ucp.pt | www.fd.lisboa.ucp.pt

Coordenação deste volume

Catarina Santos Botelho
Maria d'Oliveira Martins

Apoio à coordenação

Miguel do Carmo Mota

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref.ª UID/DIR/04859/2013

© Universidade Católica Editora

| | |
|-------------------------|--------------------------------|
| Revisão Editorial | António Brás |
| Capa e conceção gráfica | Ana Luísa Bolsa 4 ELEMENTOS |
| Paginação | Magda M. Coelho acenográfico |
| Impressão | Europress, Indústria Gráfica |
| Depósito Legal | 420225/17 |
| Data | janeiro 2019 |
| Tiragem | 300 exemplares |
| Periodicidade | quadrimestral |
| ISSN | 2183-9336 |



Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

ÍNDICE

11 Nota da Direção/Editorial Note

DOCTRINA

- 13 A bússola do Direito Constitucional dialógico: a atualização e efetividade dos direitos fundamentais

Filipe Venade de Sousa

Resumo: A proteção multinível dos direitos fundamentais é tutelada pelos Direito Constitucional e Direito Internacional dos Direitos Humanos. Consequentemente, é verdade que estas fontes jurídicas estão em constante interação e complementaridade e não procuram competir entre si mesmo. Pelo contrário, mais do que definir a hierarquia, importa garantir a efetividade dos direitos fundamentais nas ordens jurídicas tanto nacionais como internacionais. O Direito Constitucional dialógico articula-se dialogicamente com o Direito Internacional dos Direitos Humanos na interpretação e na aplicação das normas jusfundamentais relevantes para a efetividade dos mesmos direitos. Por este efeito, a lógica do Direito Constitucional dialógico baseia-se na fórmula de compatibilidade interativa em sentido material e não hierárquico entre estas fontes de Direito, não se excluindo mutuamente, dialogando e construindo um *corpus iuris commune* a favor dos direitos fundamentais efetivos.

Palavras-chave: Direito Constitucional dialógico, Direitos Fundamentais, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Abstract: The multilevel protection of fundamental rights is guaranteed by Constitutional Law and International Human Rights Law, consequently, it is true that these legal sources are in constant interaction and complementarity and do not seek to compete among themselves, on the contrary, rather than defining the hierarchy, it is important to guarantee the effectiveness of fundamental rights in both national and international legal orders. Dialogical Constitutional Law articulates itself with the International Human Rights Law in the interpretation and application of the jusfundamental norms relevant to the effectiveness of the same rights. For this purpose, the logic of dialogical Constitutional Law is based on the formula of interactive compatibility in a material and non-hierarchical sense between these sources of law, not mutually exclusive, dialoguing and building a *corpus iuris commune* in favour of the effective fundamental rights.

Keywords: Dialogical constitutional law, Fundamental Rights, United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

- 29 Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação

Flávio Martins

Resumo: Após trinta anos de um intenso crescimento do número de regimes democráticos por todo o mundo, verifica-se um movimento de retrocesso das conquistas democráticas, por meio de atos políticos e jurídicos. Nesse contexto, destaca-se um fenômeno que está a ocorrer mundialmente, em especial na América Latina: o *constitucionalismo abusivo*: a elaboração ou a reforma de uma Constituição pelos grupos detentores do poder estatal, com o claro propósito de nele se perpetuarem, reduzindo a oposição, enfraquecendo as instituições e, por consequência, minando a democracia. Diante dos perigos de tal movimento, é necessário encontrar as alternativas jurídicas e sociais capazes de limitar o seu avanço.

Palavras-chave: Constitucionalismo abusivo, constitucionalismo autoritário, democracia.

Abstract: After thirty years of intense growth in the number of democratic regimes around the world, there has been a backwards movement of democratic achievements, through political and legal acts. In this context, a phenomenon that is occurring worldwide, especially in Latin America, is the abusive constitutionalism: the elaboration or reform of a constitution by groups holding the state power, with the clear intention of perpetuating it, reducing the opposition, weakening the institutions and, consequently, undermining democracy. Faced with the dangers of such a movement, it is necessary to find the juridical and social alternatives capable of limiting its advance.

Keywords: Abusive constitutionalism, authoritarian constitutionalism, democracy.

- 43 Sobre a integração social europeia: as pensões em particular
Marta Coimbra

Resumo: O artigo expõe em linhas gerais a evolução da política social enquanto elemento identitário na edificação da União Europeia, percorrendo os factos históricos determinantes para a compreensão dos avanços e recuos na integração social europeia. Discute-se até que ponto o enquadramento jurídico e político, moderado pelo contexto das últimas décadas, confere à política social dos Estados-membros uma dimensão

mais europeia ou mais nacional. A política de pensões é apresentada como exemplo de medida da influência europeia num segmento particularmente importante em matéria social. A conclusão mais relevante é a de que a política social nunca esteve na primeira linha entre as finalidades da União, e por isso se tem evitado uma regulação expressa da matéria. No entanto, os mecanismos de influência indireta da União sobre as políticas sociais dos Estados-membros, baseados em parâmetros económico-financeiros, têm sido reforçados.

Palavras-chave: Política social, integração europeia, pensões.

Abstract: The article outlines the evolution of social policy as an element of identity in the construction of the European Union, tracing the historical facts that are decisive for the understanding of progress and retreats in European social integration. It discusses to what extent the legal and political framework, moderated by the context of the last decades, gives the social policy of the Member-States a more European or a more national dimension. Pension policy is presented as an example of measuring European influence in a particularly important topic of social issues. The most relevant conclusion is that social policy has never been at the forefront of the Union's objectives, and therefore an explicit regulation of the subject has been avoided. However, the mechanisms of indirect influence of the Union on Member States' social policies, based on economic and financial parameters, have been strengthened.

Keywords: Social policy, european integration, pensions.

75 “We, the People” entitlement within constitutional change
Neliana Rodean

Abstract: In recent years, scholars have produced literature on constitutional amendments, in particular on the analysis of the unamendability phenomenon and its relationship with democracy, abusive and populist constitutionalism. The study of constitutional design is of interest, in large part, because a constitution can be amended and such processes make room for the fundamental questions about constitutional order legitimacy, the holder and the locus of sovereignty, especially in those legal orders where a popular legitimated process of altering the constitution is entrenched. Indeed, in some legal orders “We, the People” are called to initiate and/or approve any constitutional change. In this view, the paper brings the reader alongside the “We, the People” claim, stressing, though in restrictive manner, who “the people” are, how they act and react, and when their actions unveil a(n) (un)constitutional change, in order to draw citizen-led constitutional changes grounded on three keywords – populism, (un)constitutional amendments and constitutionalism. The paper is an invitation to the development of “the

people” approaches in a constitutional framework that struck populism as democracy’s sentinel.

Keywords: Constitutional change, popular identity, populism, (un)constitutional amendments, constitutionalism.

Resumo: Nos últimos anos, floresceu literatura sobre a revisão constitucional, em especial no que respeita aos limites materiais à revisão constitucional e à sua relação com a democracia e com os fenómenos do constitucionalismo abusivo e populista. O estudo do «desenho constitucional» de um Estado é de grande relevância, uma vez que a possibilidade de revisão constitucional levanta questões fundamentais sobre a legitimidade da ordem constitucional, sobre o titular e o lugar da soberania, muito particularmente naqueles ordenamentos jurídicos onde se permite a participação popular direta no processo de alteração da Constituição. Com efeito, em alguns ordenamentos jurídicos, o «Nós, o Povo» afirma-se na iniciativa e/ou aprovação de revisões constitucionais. Segundo esta perspetiva, o artigo explora a ideia de «Nós, o Povo», explanando quem integra «o povo», a forma como age e reage, e as situações em que a sua ação desvela uma alteração constitucional. Este artigo é um convite ao desenvolvimento das abordagens do «Povo», num contexto constitucional que arremessou o populismo da sentinela da democracia.

Palavras-chave: Alteração constitucional, identidade popular, populismo, revisões constitucionais (in)constitucionais, constitucionalismo.

97 Ainda sobre a anulação administrativa e a tutela da confiança dos particulares

Tiago Macieirinha

Resumo: O artigo analisa as principais alterações introduzidas pela reforma do CPA em matéria de revogação anulatória de atos administrativos – agora designada anulação administrativa –, no sentido de apurar se o legislador logrou estabelecer um equilíbrio virtuoso entre as exigências constitucionais decorrentes dos princípios da legalidade e da proteção da confiança, que se encontram inevitavelmente em tensão no momento de revogar ou anular administrativamente um ato administrativo. Adotando-se uma visão do poder de anulação como poder vinculado à jurisdição, sustenta-se que a Administração não pode deixar de ponderar as exigências próprias da tutela da confiança quando anula atos favoráveis aos particulares, podendo suceder ficar impedida de anular ainda que dentro dos prazos definidos na lei. Finalmente, defende-se que o regime da indemnização previsto no CPA, limitado aos danos anormais, deve ser lido adequadamente como referência à indemnização do dano da confiança, sem obedecer à lógica do regime da indemnização pelo sacrifício.

Palavras-chave: Anulação administrativa, proteção da confiança, princípio da juridicidade, proporcionalidade, indemnização do dano da confiança.

Abstract: The article analyzes the main changes introduced by the reform of the Portuguese Administrative Code on the revocation of administrative acts – now called administrative annulment – to decide whether the legislator has successfully established a virtuous balance between the constitutional requirements deriving from the principles of legality and the protection of legitimate expectations, which are inevitably in tension when revocation or administrative annulment takes place. Adopting a view of the power of annulment as a power linked to lawfulness, it is maintained that the Administration cannot fail to consider the proper requirements of the protection of legitimate expectations when it annuls favourable administrative acts, and may be prevented from annulling even if complying with the legally established deadlines. Finally, it is argued that the compensation scheme provided for in the Portuguese Administrative Code, limited to abnormal damages, must be properly read as a reference to compensation for the expectation damages, without obeying the logic of the compensation scheme for sacrifice.

Keywords: Administrative annulment, protection of legitimate expectations, principle of lawfulness, proportionality, compensation for the expectation damages.

117 The Right to Die – Euthanasia and Assisted Dying Under the European Convention on Human Rights

Vildan Drpljanin

Abstract: The debate around the legalisation of euthanasia and/or assisted dying has been discussed for many years now. Yet, questions regarding the extent to which a person has autonomy over her or his body and the dilemma whether states are obliged to protect the right to life, even against the will of the person whose life they are preserving, still provoke vigorous disagreements and keep the debate at a stalemate. This paper examines the issue and analyses the European Court of Human Rights cases in order to consider the legal options of euthanasia and assisted dying under the European Convention of Human Rights. The social, ethical and religious complexities, the absence of a European consensus, and the very valid points for and against legalisation, act as a starting point for further exploration. The adopted approach assesses the conflict between individual autonomous choices and the self-worth of human life in general from the standpoint of human dignity. Thus, the paper transcends euthanasia, assisted dying and the Convention, and analyses the very principles that underlie human rights.

Keywords: Assisted dying, autonomous choices, euthanasia, ECHR, European Convention on Human Rights, European Court of Human Rights, ECtHR, self-worth of human life.

Resumo: O debate em torno da legalização da eutanásia e/ou morte assistida é discutido há muitos anos. No entanto, saber até que ponto uma pessoa tem autonomia sobre seu corpo e desvendar o dilema sobre se os Estados são obrigados a proteger o direito à vida, mesmo contra a vontade da pessoa, é muito complexo e redundou o debate num impasse. Este artigo examina e analisa os casos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a fim de considerar as opções legais de eutanásia e morte assistida na perspectiva da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. As complexidades sociais, éticas e religiosas, a ausência de um consenso europeu e os pontos muito válidos a favor e contra a legalização funcionam como ponto de partida para uma maior exploração. A abordagem adotada avalia o conflito entre as escolhas autônomas individuais e a inviolabilidade da vida humana do ponto de vista da dignidade humana. Assim, o artigo vai para além da eutanásia, suicídio assistido e da Convenção e analisa os princípios subjacentes aos direitos humanos.

Palavras-chave: Morte assistida, autonomia da vontade, eutanásia, CEDH, Convenção Europeia dos Direitos Humanos, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, TEDH, inviolabilidade da vida humana.

- 159 O ativismo judicial na seguridade social brasileira: a violação dos princípios constitucionais e a inobservância das escolhas feitas pelos Poderes Legislativo e Executivo

Zélia Luiza Pierdoná

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que muitas decisões judiciais envolvendo questões relacionadas à seguridade social não consideram o conjunto dos preceitos constitucionais relativos à proteção social, mas sim preceitos isolados, ou mesmo o princípio da dignidade da pessoa humana, como justificativa para decisões «generosas» que, a pretexto de fazer justiça social, extrapolam o ordenamento jurídico e comprometem a sustentabilidade do sistema protetivo brasileiro. Para tanto, serão apresentados os preceitos constitucionais do citado sistema e de seus subsistemas (saúde, previdência social e assistência social) e, na sequência, a partir de decisões judiciais, será demonstrada a inobservância, tanto dos princípios constitucionais de seguridade social, quanto das escolhas feitas pelos Poderes Legislativo e Executivo, o que as caracterizam como decisões ativistas e estimulam a judicialização nas áreas integrantes da seguridade social brasileira.

Palavras-chave: Seguridade social, ativismo judicial, inobservância do ordenamento jurídico.

Abstract: This work aims to demonstrate that many judicial decisions about social security issues do not consider the set of constitutional precepts related to social protection, but rather isolated precepts or even the principle of the dignity of the human person, as reason for “generous” decisions which, under the pretext of doing social justice, surpass the legal order and harm the sustainability of the Brazilian protective system. So, the constitutional precepts of this system and its subsystems (health, social insurance and social assistance) will be shown and, following, the non-observance of the constitutional principles of social security and the choices made by the Legislative and Executive branches will be demonstrated by actual judicial decisions, which characterize them as activist decision and encourages the judicialization in Brazilian social security areas.

Keywords: Social security, judicial activism, non-compliance with the legal system.

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

- 183 A expropriação regulatória na arbitragem do investimento: intenção ou extensão? Comentário ao Acórdão *UP and CD Holding Internationale v. Hungary*
Marta Vicente

RECENSÃO

- 199 A Constituição Portuguesa num contexto global
Gonçalo de Almeida Ribeiro
- 211 Annette Froehlich and Vincent Seffinga (eds.), *National Space Legislation: a Comparative and Evaluative Analysis*.
Bruno Reynaud de Sousa

Nota da Direção

O presente volume de Direito Público versa sobre as questões juspublicistas e jusfundamentais mais acutilantes deste século. Nos artigos doutrinários são abordadas as temáticas do Direito Constitucional dialógico, do constitucionalismo abusivo, do ativismo judicial na segurança social, da dinâmica do poder constituinte, da integração europeia, da eutanásia e suicídio assistido, e da tutela da confiança dos particulares.

O comentário de jurisprudência foca a expropriação regulatória na arbitragem do investimento. Por sua vez, as resenhas analisam criticamente duas importantes obras: *A Constituição Portuguesa num Contexto Global*, de Rui Medeiros, e *National Space Legislation: a Comparative and Evaluative Analysis*, editado por Annette Froehlich e Vincent Seffinga.

Editorial Note

The present volume addresses the most acute Public Law issues of this century. The articles reflect on topics of dialogical constitutional law, abusive constitutionalism, judicial activism in social security, dynamics of constituent power, European integration, euthanasia and assisted suicide, and the protection of legitimate expectations.

The commentary on jurisprudence focuses on the regulatory takings in investment arbitration. The book reviews critically analyze two important works: “The Portuguese Constitution in a Global Context” (Rui Medeiros) and “National Space Legislation: a Comparative and Evaluative Analysis” (edited by Annette Froehlich and Vincent Seffinga).

DIREITO
PÚBLICO

Filipe Vazquez de Sousa
Ribeiro Martins
Marta Coimbra
Nikiana Rodden
Tiago Macielinho
Vitor Dapleiro
Zélia Lúcia Penedo
Marta Vicente
Gonçalo de Almeida Ribeiro
Bruno Reynaud de Sousa



Revista Quadrimestral

☐ Sim, desejo ser assinante a partir do próximo número.

Ficha para assinatura em www.fd.lisboa.ucp.pt

| | | |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
| Portugal | <input type="checkbox"/> | Assinatura anual 45 € |
| Europa | <input type="checkbox"/> | Assinatura anual 55 € |
| Resto do Mundo | <input type="checkbox"/> | Assinatura anual 65 € |

Nome
 Morada
 Localidade Código Postal
 NIF* Tel. Tm.
 e-mail Profissão
 Instituição | Empresa

* Campo de preenchimento obrigatório para emissão de recibo.

FORMAS DE PAGAMENTO

- ☐ Cheque n.º
 Banco
 Cheque passado a:
 Universidade Católica Portuguesa
- ☐ Transferência bancária
 PT50 0033 0000 2108 0018 4224 3
 (Anexar comprovativo de transferência)

POR FAVOR, ENVIE ESTE CUPÃO PARA:

Católica Research Centre for the Future of Law
 Faculdade de Direito
 Universidade Católica Portuguesa
 Palma de Cima 1649-023 Lisboa

INFORMAÇÕES: Tel.: (351) 21 721 41 78 | Fax (351) 21 721 41 77

catolicallawreview.fd@ucp.fd.pt

CONDIÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados recolhidos no presente formulário serão processados e armazenados informaticamente e em suporte papel.

A informação fornecida será tratada de forma confidencial e utilizada exclusivamente para fins de subscrição (assinatura) da *Católica Law Review* e para as demais finalidades indicadas em [3] destas condições.

1. Responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais

O responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais é o Católica Research Centre for the Future of Law da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (adiante UCP).

Caso necessite de entrar em contacto com a UCP poderá fazê-lo através dos seguintes meios:

- Contacto telefónico: (351) 21 721 41 78
- E-mail: catolicallawreview.fd@ucp.fd.pt

Continua no verso »

DIREITO
PÚBLICO

Filipe Vitorino de Sousa

Fábio Martins

Marta Coimbra

Neliana Rodden

Tiago Macielinho

Václav Džupjanič

Zsófia Lúcia Pálandi

Marta Vicente

Gonçalo de Almeida Ribeiro

Bruno Reynaud de Sousa



Revista Quadrimestral

2. Contactos do Data Protection Officer da Universidade Católica Portuguesa

A UCP designou um encarregado de proteção de dados (Data Protection Officer). Caso necessite de entrar em contacto com o mesmo, poderá fazê-lo através dos seguintes meios:

- Contacto telefónico: (351) 21 721 41 78
- E-mail: compliance.rgpd@ucp.pt

3. Finalidades e fundamentos de tratamento e prazos de conservação dos dados

A UCP trata os seus dados pessoais para fins de subscrição (assinatura) da *Católica Law Review*, em particular, para as finalidades e com os fundamentos, a seguir indicados:

| Finalidade | Fundamento de Licitude |
|------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Assinatura da <i>Católica Law Review</i> | Execução Contratual |
| Divulgação de produtos e promoções da <i>Católica Law Review</i> | Interesse Legítimo |

4. Prazos de conservação

O período de tempo durante o qual os dados são conservados e armazenados pela UCP varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é utilizada sendo conservados pelo prazo necessário à satisfação de cada uma delas e de acordo com as imposições legais, nomeadamente os prazos de conservação arquivística ou outros que, em cada momento, sejam aplicáveis, em especial, segundo os critérios a seguir indicados:

| Finalidade | Critério para definição de prazo |
|------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Assinatura da <i>Católica Law Review</i> | 3 meses após término da assinatura |
| Divulgação de produtos e promoções da <i>Católica Law Review</i> | 3 meses após término da assinatura |

5. Entidades destinatárias dos seus dados pessoais

Os dados pessoais dos titulares poderão ser tratados por entidades a quem a UCP tenha subcontratado o seu processamento, entidades essas que farão esse processamento no âmbito estrito dos fins acima indicados não podendo usar os dados para quaisquer outros fins próprios ou alheios. Os dados pessoais poderão ainda ser transmitidos a autoridades administrativas ou regulatórias para cumprimento de obrigações legais de registo, de comunicação ou de reporte.

6. Os seus direitos, enquanto titular de dados pessoais

Como titular de dados pessoais, poderá exercer, a qualquer altura, os seguintes direitos, reunidas que estejam, em cada caso, as condições legais de que depende o seu exercício: direito de acesso, direito de retificação, direito de apagamento, direito de limitação do tratamento, direito de portabilidade e direito de oposição ao tratamento. Para mais esclarecimentos sobre estes direitos, poderá consultar a informação no link:

<https://www.ucp.pt/pt-pt/direitos-do-titular-dos-dados>

7. Reclamação junto da autoridade de controlo

Caso necessite, poderá, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

8. Requisito contratual

A comunicação de dados pessoais solicitados neste formulário constitui um requisito contratual, de forma a permitir a finalidade a que o tratamento se destina. A falta de recolha dos dados solicitados impede a assinatura da *Católica Law Review*. No entanto, caso não deseje receber informação relativa à divulgação de produtos e promoções da *Católica Law Review*, assinala aqui com um x: ☐

VOLUME III

n.º 1

jan. 2019

DIREITO PÚBLICO

DOCTRINA

A bússola do Direito Constitucional dialógico: a atualização e efetividade dos direitos fundamentais \ **Filipe Venade de Sousa**

Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação \ **Flávio Martins**

Sobre a integração social europeia: as pensões em particular \ **Marta Coimbra**

"We, the People" entitlement within constitutional change \ **Neliana Rodean**

Ainda sobre a anulação administrativa e a tutela da confiança dos Particulares \ **Tiago Macieirinha**

The Right to Die – Euthanasia and Assisted Dying Under the European Convention on Human Rights \ **Vildan Drpljanin**

O ativismo judicial na seguridade social brasileira: a violação dos princípios constitucionais e a inobservância das escolhas feitas pelos Poderes Legislativo e Executivo \ **Zélia Luíza Pierdoná**

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

A expropriação regulatória na arbitragem do investimento: intenção ou extensão? Comentário ao Acórdão UP and CD HoldingInternationale v. Hungary \ **Marta Vicente**

RECENSÃO

A Constituição Portuguesa num contexto global \ **Gonçalo de Almeida Ribeiro**

Annette Froehlich and Vincent Seffinga (eds.), *National Space Legislation: a Comparative and Evaluative Analysis* \ **Bruno Reynaud de Sousa**



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA